



CENTRO DE INFORMAÇÃO,
PROMOÇÃO E ACOMPANHAMENTO
DE POLÍTICAS DE IGUALDADE

NEWSletter

número 16 | Outubro, Novembro, Dezembro de 2009 | distribuição gratuita

DESTAQUES DO CATÁLOGO DO CIPA

Da Mulher a luta fica

Da mulher a luta fica,
fica o exemplo e a história,
ficam momentos de glória
e tudo o que se predica.

A coragem e a beleza,
fica o instinto materno
que faz o Homem eterno
diante da Natureza.

Da mulher fica a ternura,
a eterna perseverança
que mantém a esperança
acesa na criação.

Fica a firmeza do olhar
na clareza do seu tino,
a certeza do destino,
do caminho a caminhar...

Clóvis Campelo
Recite 2007

•CAMPOS, Maria Amélia da Silva dos Santos Clemente, *As mulheres deputadas e o exercício do poder político representativo em Portugal*, Afrontamento, Porto, 2001.

•CIG - Comissão para a Igualdade de Género, *Na Política as Mulheres são Capazes*, 2ª Edição, Lisboa, 2008.

•OMC - Organização das Mulheres Comunistas, *As mulheres e o poder*, Avente, Lisboa, 2003.

•PERISTA, Heloísa; SILVA, Alexandra, *Impacto em função do Género*, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Lisboa, 2005.

SOUZA, Maria Reynolds, *A Concessão do Voto às Portuguesas*, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Lisboa, 2006.

•VIEGAS, José Manuel Leite; FARIA, Sérgio, *As mulheres na política*, 2ª Edição, Oeiras, 2001.

LINKS DE INTERESSE:

<http://ipu.org/wmn-e/classif.htm>

<http://www.planalto.gov.br/spmulheres/>

<http://www.consejomujer.es>

<http://coopssol.blogspot.com/2009/03/participacao-feminina-na-politica.html>

Ficha Técnica

Edição / Propriedade **C.I.P.A. - Centro de Informação, Promoção e Acompanhamento de Políticas de Igualdade**
Tel 296 209 600 Fax 296 209 609 | Email info@cipavioleta.org | www.cipavioleta.org | Avenida Infante D. Henrique, nº 47, 3º esquerdo, 9500-150 Ponta Delgada – Açores

Equipa Técnica: Rosa Poucochinho, Tânia Rodrigues, Vânia Machado

Entidade Gestora:



Governo dos Açores
Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social
Direção Regional da Igualdade de Oportunidades

Entidade Financiadora

Editorial

Esta Newsletter é a última de 2009. Durante os quatro trimestres do ano, abordamos temas considerados relevantes e pertinentes, relacionados com a Igualdade de Oportunidades. “Questões de Género na Saúde”, “A Linguagem de Género”, “As Multidiversidades”, e esta última que agora vos apresentamos, “A Mulher na Política”. O activismo político é cada vez menos apelativo para ambos os géneros. Uma razão entre outras é o “desencanto”, dos/as cidadãos/ãs face à conjuntura política económica e social, no país e no resto da Europa.

Os artigos seleccionados pretendem ser uma reflexão sobre as particularidades desta temática no feminino.

Contamos com várias colaborações, nomeadamente, a Doutora Piedade Lalanda no artigo “**A mulher na política ocupa o espaço público**”, o artigo da Dra. Patrícia Faria “**A participação política das mulheres e o sistema de quotas**”, o artigo

das doutorandas Claudia Barbosa e Vanessa Cavalcanti “**Avaliação das Disparidades de Género na Política Brasileira**”, e o artigo “**O caminho para a mudança**” elaborado pela equipa do CIPA, Rosa Poucochinho, Tânia Rodrigues e Vânia Machado.

Apresentamos também algumas das actividades e acções desenvolvidas no CIPA e nos Centros de Acolhimento Temporário. Em destaque: a 10ª Tarde de Igualdade, subordinada ao tema, “O Dia Internacional da Pessoa com Deficiência”, a Acção de sensibilização “Brincar à Igualdade” e as acções de formação psicossocial desenvolvidas pela psicóloga Sónia Pereira, bem como, as actividades realizadas pelas colaboradoras da Casa abrigo.

O nosso agradecimento a todos/as os nossos/as colaboradores/as e votos de um feliz Ano Novo.

Rosa Poucochinho, Tânia Rodrigues e Vânia Machado

A mulher na política ocupa o espaço público

A política é um dos universos masculinos, que só tardiamente se abriu à participação das mulheres.

A história do direito ao voto é bem o exemplo de como as mulheres, em paralelo com os menos escolarizados, foram durante décadas afastadas do exercício de cidadania que confere o poder de participar directamente na organização da vida pública.

A conquista desse direito surge associada ao direito à palavra em espaço público, uma dimensão ainda hoje associada à actividade política, tradicionalmente reservada aos homens.

As mulheres, que deveriam em primeiro lugar cuidar dos filhos e da casa, foram durante muito tempo consideradas pessoas sem voz própria, que delegavam nos homens o poder de as representar e de decidir em assuntos de maior importância. Ainda hoje, é frequente essa delegação quando se trata de compras de montante superior, decisões que as mulheres nem sempre tomam sozinhas.

Participar na vida pública, ter poder de decisão e, sobretudo, ter direito à palavra, são condições básicas para o exercício da actividade política por homens ou mulheres. Mas, facilmente se nega a estas o acesso a essa condição, porque implica uma visibilidade e acção no espaço público.

Esta é a principal razão porque as sociedades, onde o modelo de referência feminino está referenciado no mundo privado, resistem a reconhecer a competência das mulheres para a vida política. Ao alegar a importância da família, a pressão das tarefas domésticas e a disponibilidade para os outros, como motivos para não estar na política, valoriza-se uma divisão assimétrica do universo familiar, lembrando que a dedicação à casa e à família são uma mais valia para as mulheres. Tudo o que retirar espaço a esse mundo, deveria ser colocado em segundo plano.



Ao mesmo tempo, sempre que a família é entendida como uma prioridade para as mulheres, retira-se desse domínio os homens e aumenta-se o seu espaço de nos domínios do poder público.

Ser responsável por uma empresa, governante, presidente de uma autarquia, deputada ou líder sindical, é acima de tudo prestar um serviço público, que exige capacidade de coordenação, vontade de realizar um projecto, capacidade de reivindicação e argumentação, em prol do bem comum e das pessoas.

Participar na concretização de um projecto político é como ser obreiro de uma catedral, onde se constrói um muro, uma parede, mas se abandona a obra, sem chegar a vê-la totalmente concluída.

Participar numa tarefa de tal grandeza é sempre uma experiência enriquecedora, onde se aprende a gerir interesses, oportunidades, na busca de soluções, procurando conciliar posições antagónicas e construir consensos, e acordos.

O facto de as mulheres serem capazes de atender a várias exigências, quase em simultâneo, é uma mais valia na vida política. Apesar de ser uma actividade desgastante, as mulheres mantêm uma atenção permanente à família, às necessidades dos filhos, aos pormenores de uma refeição. Esta capacidade de atender a todos, já denominada de “zapping”, nem todos os políticos homem conseguem ter.

Quando se questiona porquê não há mais mulheres na política, a principal resposta reside no modo como a sociedade gere e entende as relações de poder, entendido como um exercício de força e menos como capacidade de conciliação.

A paridade não é apenas um princípio, mas um processo histórico que tem marcado a vida das mulheres, de forma aliás bem exigente. Às mulheres exige-se muito mais do que aos homens, quando se trata de um cargo executivo, particularmente em habilitações académicas, percurso profissional e currículo, para não falar do modo como mantém e gere a vida privada.

A participação das mulheres em lugares governativos, para além dos parlamentos, é hoje uma realidade nos países do norte da Europa, e acabará por ser mais difundida nos contextos onde a paridade e a partilha forem entendidos como valores de referência. ■

Piedade Lalanda
(Deputada Regional do Partido Socialista)
10 Novembro 2009

A participação política das mulheres e os sistemas de quotas

Longe vão os tempos das lutas feministas protagonizadas pelas “suffragettes”, nos finais de século XIX, pelo direito ao voto. Ao aproximarmo-nos do final da primeira década do século XXI é premente reflectir, em jeito de balanço, sobre o longo caminho percorrido pelas mulheres, ao longo de dois séculos, pelo direito a uma participação mais activa a nível político e da importância da quotização da vida política para a promoção da igualdade de participação entre homens e mulheres na vida política.

Num ano marcado em Portugal por acesas discussões políticas, muito por força dos vários processos eleitorais que este ano pautaram o calendário político português, o tema da participação das mulheres na política foi de novo abordado, nomeadamente, com a questão da falta de representatividade feminina nos cargos políticos de mais destaque.

Neste sentido, a discussão em torno dos sistemas de quotas foi tema de discussão interna a nível partidário, discussão esta que foi transportada para um nível nacional. São muitas as vozes que discordam da quotização da esfera política, algumas das quais são vozes femininas, sendo a justificação comumente presente é que desta forma não se está a valorizar a mulher enquanto ser político, mas sim apenas a preencher um lugar para o qual pode até não ter uma verdadeira vocação. No fundo, não se estariam a valorizar as verdadeiras qualidades pessoais e profissionais da mulher.

Para outros, o sistema de quotas é visto como um mal menor, é um dos muitos passos, de um longo processo, que um dia levará à igualdade de representação por parte das mulheres na esfera política. Este é o exemplo dos países do Norte da Europa onde as mulheres, graças a uma de quotização da vida política, ocupam, actualmente, cargos políticos de destaque.

Em Portugal, o processo de participação política das mulheres é relativamente recente, pois só após o 25 de Abril de 1974 é que as mulheres obtiveram o direito ao voto, bem como o direito de exercer cargos políticos. Neste sentido, e face ao ainda incipiente número de mulheres na esfera política portuguesa, podemos considerar pertinente, a médio e longo prazo, o recurso ao sistema de quotas. Contudo, é necessário ressaltar que as mulheres que ocupam cargos políticos ocupam estes mesmos cargos por mérito e não apenas para preencher uma determinada quota, que muitas vezes vai apenas de acordo a meros interesses partidários eleitoralistas.

Em Portugal, apesar da elevada participação das mulheres no mercado de trabalho e das transformações registadas nas últimas décadas, que lhes trouxeram maior autonomia, elas continuam a não ter visibilidade política e a assumir duplas e triplas tarefas com o cuidado dos outros, nomeadamente no apoio familiar.

Do actual governo português, recentemente empossado, ressalta-se o número de mulheres que ocupam cargos ministeriais, no seu total são 5. Contudo a nível autárquico, das 308 Câmaras, apenas 20 Câmaras são ocupadas por mulheres, sendo importante referir que este número triplicou em 30 anos.



Em suma, no início do século XIX em Portugal as mulheres continuam a ocupar um papel secundário no que diz respeito a uma participação política mais activa, muito por culpa do recente processo de democratização da esfera política. Neste sentido, devemos observar países onde se verifica uma participação das mulheres na vida política muito mais activa que em Portugal, e retirarmos algumas elações sobre os processos pelos quais estes países passaram até se atingirem os actuais níveis de igualdade de participação.

Deste modo, ao olharmos para países cujos processos de democratização estão devidamente consolidados, como por exemplo os países nórdicos, verificamos que a taxa de ocupação de cargos políticos por parte das mulheres oscila entre os 30% e os 40%, muito por força do sistema de quotas no sistema político. Segundo alguns autores da área das políticas sociais, este facto deve-se também à implementação de políticas que promovem a igualdade, nomeadamente políticas de apoio à família que permitem a libertação da mulher para outras áreas além do apoio à família, contrariamente ao que acontece nos países do Sul da Europa.

No caminho para a igualdade de participação na vida política, os países nórdicos são sem dúvida um exemplo a ter em consideração. ■

Patrícia Faria
Socióloga

Avaliação das Disparidades de Gênero na Política Brasileira

Constata-se que as mulheres “resistem” em participar da política. Os dados do Relatório do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) sobre o Progresso delas no mundo 2008/2009, apresenta a percentagem de parlamentares a nível nacional de mulheres que aumentou em 8 por cento para a média global atual. Supondo que esta taxa seja mantida, a representação política de mulheres nos países em vias de desenvolvimento, como o Brasil, não atingirá a “zona de paridade” até o ano de 2045.

O Brasil ainda não foi presidido por mulheres, embora algumas já se candidatarão. Possui governadoras e prefeitas e pelos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no ano de 2008, 1.590 mulheres disputaram uma vaga de prefeita nos 5.564 municípios brasileiros, elegendando-se 505, enquanto os homens foram 13.699 candidatos em todo o país.

No Estado da Bahia, que é o foco dessa discussão, as mulheres representam 52% do eleitorado e o número de candidaturas femininas registradas no Tribunal Superior Eleitoral para a eleição de 2008 representou 35%, sendo eleitas 11%. Das trinta e sete prefeitas de 2005 – 2008 foram reeleitas dezesseis. O total geral foi de quarenta e seis para a gestão 2009 – 2012. Os dados confirmam um avanço, embora irrisório, em que não se pode afirmar se houve manutenção ou (re)ordenamento no poder.

No entanto, o mais importante não são os aspectos quantitativos da participação política feminina. Através deles, é possível se pensar na busca de respostas sobre os mecanismos de dominação que, ainda hoje, mantém a baixa participação das mulheres nas instâncias representativas da política e do poder, o que significa, nada mais do que a ponta do *iceberg*, um decepcionante indício de estruturas mais profundas que mantêm a desigualdade política delas até os dias atuais (PHILLIPS, 1996).

Prevalece uma visão reducionista, fruto de séculos de dominação masculina, que concebe as mulheres desinteressadas e menos envolvidas nos assuntos públicos, na participação em grupos organizados, partidos políticos e em campanhas eleitorais.

Se, é fato que as mulheres ainda “resistem” em participar da política, pergunta-se: 1. Qual foi a causa principal? 2. O que tem sido feito para que a desigualdade, historicamente construída, possa ser reparada? Várias ações e movimentos têm contribuído para a promoção da igualdade de gênero, mas continuam distantes de promover a equidade. Por quê? As políticas de “ação afirmativa”, como medidas temporárias e especiais, visam promover a ascensão das mulheres na política, mas por que avançam tão pouco?

A resistência vem de uma cultura patriarcal, que se plasma numa relação de poder e subordinação entre homens e mulheres, onde elas são constantemente relegadas ao espaço delimitado da reprodução, do privado e do doméstico. Deve-se ao fato de que as mulheres viveram sob um sistema patriarcal, onde foram destinadas a passar da dominação do pai para a submissão ao marido, sem condições para exercer uma cidadania plena, com direitos e deveres.

Pateman (1993) denomina de teoria do contrato sexual o pacto firmado entre homens e mulheres, através do casamento, quando elas “abrem mão” de seus direitos políticos em troca de proteção, passando a ser uma relação de sujeição. Resume no fato da mulher se submeter ao marido, abdicando de seus interesses em troca de manutenção. Enquanto a teoria do contrato social trata dos direitos dos cidadãos, a do contrato sexual trata do poder que os homens exercem sobre as mulheres “gênese do direito político e explica por que o exercício desse direito é legitimado; porém, essa história trata do direito político enquanto *direito patriarcal* [...]” (PATEMAN, 1993, p. 16).



Ao comparar a teoria do contrato social com a do contrato sexual, Petit (1994) afirma que o pacto original cria a família e a sociedade, porque suas histórias são distintas: no primeiro trata-se da história de liberdade, e no segundo a história de sujeição. Ambas histórias dão conta da gênese do poder, que gira em torno da relação entre homens e mulheres, ao constatar que matriz da cidadania deixa de fora as mulheres, pois sua cidadania é limitada, imposta pela teoria do contrato sexual que antecede o contrato social (PATEMAN, 1993).

Continua na página seguinte

(continuação da página anterior)

Ações afirmativas de reparação - A política de cotas no Brasil

Uma forma de reparar a desigualdade, historicamente construída, foi o sistema de cotas, que apresenta formas diversificadas em lugares onde essa prática existe, que podem ser de três tipos: a reserva de assentos parlamentares para as mulheres, a de iniciativa voluntária dos partidos políticos, como estratégia para ampliar a participação de mulheres na direção interna dos partidos e as cotas obrigatórias de reserva de vagas partidárias. A primeira “parece não apresentar resultados favoráveis em termos de ampliação da autonomia das mulheres”, na segunda, pode-se constatar que “as legislações existentes se destinam a órgãos administrativos e não às instâncias de representação parlamentar” e a última, que é aplicada no Brasil desde 1995, se trata de uma experiência recente, não completamente sistematizada, mas “apresentando resultados bastante positivos” (ARAÚJO, 2001, p. 4). A discussão de cotas traz embutido o princípio da potencialidade igualitária, ou seja, a “possibilidade de se corrigir, por meios políticos, a estrutura desigual das sociedades” (AVELAR, 2002, p. 41).

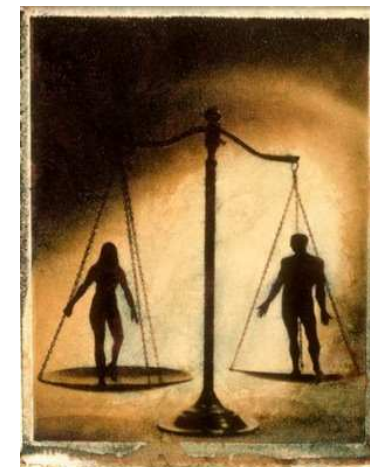
Para a aprovação da lei de cotas foi necessária muita discussão. Em 29 de Setembro de 1995, foi aprovada a lei nº 9.100 (BRASIL, 1995), que “estabeleceu as normas para a realização das eleições municipais do ano seguinte, e determinou uma cota mínima de 20% para as mulheres nas candidaturas dos partidos políticos” (GROSSI: MIGUEL, 2001, p. 169). Dois anos mais tarde, em 1997, foi sancionada a lei 9.504/97 (BRASIL, 1997), que reservou o percentual mínimo de 30% e o máximo de 70% para as candidaturas de cada sexo, dentro dos partidos políticos, conforme art. 10 § 3º, suprimindo a palavra “mulheres” do texto da lei.

Apesar dessa medida não ter inspirado uma maior mobilização da sociedade e haver resistência das mulheres em assumir expressivamente esse espaço, no âmbito geral, é considerada como positiva, por ser inserida na “agenda política e por intensificar o processo que já estava em curso: o aumento das candidaturas femininas. O problema da ausência/presença das mulheres tornou-se visível [...]” (BRABO, 2003, p. 319).

Considerações finais

Nota-se que as experiências na esfera pública, as nuances e conjunturas de inserção perpassam por conflitos e tensões sociais, ocasionadas pela resistência da política de dominação e pelo sistema patriarcal. Se, ao longo da história atribuiu-se às mulheres o domínio do privado, restrito a esfera da casa e da família, gradativamente testemunha-se a reinvenção dos espaços público e privado. Com o advento da Constituição de 1988, foi “quebrada” a hierarquia entre os gêneros e a desigualdade absoluta das mulheres no campo dos direitos civis. Agora, o desafio é introjetar e proclamar os valores igualitários e democráticos consagrados na Constituição e nos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos, compondo um novo paradigma de emancipação, capaz de transformar valores sociais e práticas culturais discriminatórias, assegurando o exercício da cidadania civil e política das mulheres, nos espaços público e privado, em sua plenitude e com inteira dignidade.

Para resolver os problemas de discriminação de gênero não basta alterar as leis. Seguramente, é importante que as leis estejam mais justas, mas a transformação necessária deve se dar no dia-a-dia das pessoas. Novos instrumentos precisam ser criados para que a paridade de gênero seja uma realidade prática. Exercer o direito de participar plenamente do processo de tomada de decisões públicas não é apenas uma questão de justiça democrática, mas de inclusão social, de responsabilização pelos rumos da sociedade e eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. ■



Claudia de Faria Barbosa

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Professora e Pesquisadora da Universidade Católica do Salvador no Programa Família na Sociedade Contemporânea



Em Portugal a saída da mulher do domínio privado para o domínio público acontece muito tardiamente em comparação com outros países da Europa. O regime político totalitarista existente até à revolução de Abril sempre relegou a mulher à sua condição de dona de casa.

O caminho para a mudança tem sido duro e vagaroso, no entanto não podemos deixar de nos congratular com as vitórias conseguidas num curto espaço de trinta e cinco anos.

O primeiro vislumbre de direito de voto acontece em 1931, quando é expresso o reconhecimento do direito de voto às mulheres diplomadas com cursos superiores ou secundários (Decreto com força de lei n.º 19694, de 5 de Maio de 1931) – aos homens continua a exigir-se apenas que saibam ler e escrever. Em 1967 entra em vigor o novo Código Civil. Segundo este, a família é chefiada pelo marido, a quem compete decidir em relação à vida conjugal comum e aos filhos. Só em 1974 são abolidas todas as restrições baseadas no sexo quanto à capacidade eleitoral dos cidadãos (Decreto-Lei n.º 621/A/74, de 15 de Novembro).

É a partir da revolução de Abril que a voz dos movimentos pelos direitos das mulheres se faz ouvir. Em 1975 é comemorado o Ano Internacional da Mulher, onde tem lugar a participação oficial portuguesa na Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, promovida pela ONU na cidade do México, que dá origem à elaboração de um levantamento e denúncia das discriminações contra as mulheres e consequentes propostas de alteração de legislação.

O caminho para a mudança

Em 1978 entra em vigor a revisão do Código Civil (Decreto-Lei n.º 496/77, de 25 de Novembro); segundo o Direito da Família, a mulher deixa de ter estatuto de dependência para ter um estatuto de igualdade com o homem. Desaparece a figura do "chefe de família". O governo doméstico deixa de pertencer, por direito próprio, à mulher. Deixa de haver poder marital: ambos dirigem a vida comum e cada um a sua.

Muito foi feito neste século passado que preparou o terreno para as sementes da igualdade, e de oportunidades. Muitas sementes precisam ser plantadas no século XXI! Muito há para fazer nesta próxima década!

Começemos por plantar neste próximo ano os frutos que gostaríamos poder colher e desfrutar numa sociedade mais justa e igualitária.

É preciso fazer representar o olhar feminino do mundo e fazer valer a experiência feminina na gestão dos problemas quotidianos.

A presença das mulheres no espaço público tem quebrado preconceitos e promovido profundas mudanças nas relações domésticas e sociais. É dessa forma que as mulheres têm uma importante contribuição para dar à política.

Os processos de plantar e colher frutos são uma responsabilidade da qual nenhuma mulher ou nenhum homem pode demitir-se.

Fazer política é muitas vezes perceber que temos o direito de nos indignar e denunciar. Fazer política é podermos fazer uso da palavra na nossa comunidade, e junto dos nossos representantes políticos que muitas vezes esquecem o seu verdadeiro papel: serem porta-voz daqueles que os elegeram e neles depositaram a esperança da mudança. ■

A equipa técnica do CIPA:

Rosa Poucochinho

Tânia Rodrigues

Vânia Machado



Actividades Desenvolvidas no CIPA/Associação Novo Dia nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro

10ª Tarde de Igualdade

A equipa do CIPA desenvolveu, no dia 9 de Dezembro, a 10ª Tarde de Igualdade.

Esta tertúlia teve como tema principal o “Dia Internacional da Pessoa com Deficiência” e foi dinamizada por três oradoras: Ana Coutinho – Presidente da Associação Portuguesa dos Deficientes, Ana Silva e Cristina Teixeira – Assistente Social e Psicóloga da Associação Pais e Amigos Crianças Deficientes.

Esta Tarde de Igualdade foi organizada com o objectivo de sensibilizar a população em geral para as questões da discriminação/limitações que existem face à pessoa com deficiência. O objectivo foi cumprido, na medida em que a adesão a esta iniciativa foi enorme e houve uma forte participação por parte de todos/as os/as presentes.



“Brincar à Igualdade”

No dia 22 Dezembro, a equipa do CIPA realizou uma sessão de sensibilização “Brincar à Igualdade” junto de sete crianças da Instituição Lar Mãe de Deus.

Esta acção consistiu na representação da peça de teatro “Quando for grande Quero ser Pai” e teve um forte impacto sobre as crianças presentes. De seguida, houve uma pequena conversa com os/as participantes sobre a peça apresentada.



Almoço Natal

A Associação Novo Dia organizou, no dia 23 de Dezembro, um almoço de Natal com todos/as os/as utentes e colaboradores/as da Instituição.

Este almoço realizou-se no Salão de São José em Ponta Delgada e contou com muita animação, desde música ambiente, peças de teatro representadas pelas utentes da Associação, o jogo do Bingo e distribuição de prendas.

Este convívio natalício teve como objectivo proporcionar um dia diferente aos/as nossos/as utentes que não tem possibilidade de se reunir com a sua família nesta época.



Actividades desenvolvidas no Centro de Acolhimento Temporário para Mulheres em Risco - A CASA

Ao longo do último trimestre de 2009 foram desenvolvidas várias actividades na CASA – Centro de Acolhimento Temporário para Mulheres em Risco, das quais destacamos: a Comemoração do *Halloween*, o Dia de São Martinho e a visita de estudo ao Colégio dos Jesuítas.

No dia 26 de Outubro foram efectuadas diversas actividades alusivas ao dia do *Halloween*, em que as utentes construíram pequenas cestas com o objectivo de colocar os rebuçados que iriam ser distribuídos à noite. Também neste dia foram desenvolvidas pinturas e desenhos sobre o dia em questão para serem afixados na parede da sala de jantar.

A CASA assinalou o dia de São Martinho através da realização de quadras alusivas ao Dia. Estas quadras foram apresentadas ao grupo e ,posteriormente, expostas no refeitório.

No dia 25 de Novembro, a CASA organizou uma visita de estudo ao Colégio dos Jesuítas com o objectivo de dar a conhecer este espaço às utentes, bem como proporcionar um dia diferente com acesso à história da fundação da igreja do colégio, bem como da história dos Jesuítas.

Acções de Formação

Realizou-se no dia 7 de Outubro de 2009 uma acção de formação com os Ajudantes de Lar e Centro de Dia do Centro de Acolhimento Temporário e de Emergência – Cate, sob o tema “Substâncias Psicoactivas: Riscos e Dependências”, no seguimento das acções de formação anteriores desenvolvidas para os Ajudantes de Lar e Monitores de Inserção das outras valências da Associação Novo Dia. Nesta formação participaram 8 formandos e teve como objectivo principal aumentar os conhecimentos acerca das substâncias psicoactivas bem como os comportamentos de uso e abuso que lhes estão inerentes.

Igualmente realizaram-se nas valências Drop-in e CASA – Casa Abrigo, acções de sensibilização sobre as temáticas “Gestão de Conflitos”, “Violência Doméstica”, “Treino de Competências Pessoais e Sociais” para um total de 15 utentes com a duração de duas horas semanais.

Durante o mês de Novembro/Dezembro 2009, realizaram-se na Vila da Lagoa – Rosário – 3 acções de formação com duração de três horas cada para 28 utentes de RSI, sobre as temáticas da “Auto-estima”, “Comunicação e Relacionamento Interpessoal”, “Positivismo/Negativismo”.

Sónia Pereira
Psicóloga da Associação Novo Dia

Curiosidades . . .

Cronologia da aquisição do direito de voto pelas mulheres



Dia – Internacional da MULHER – Em 1894, o Correio Elvense alguns meses após a aprovação do direito de voto das mulheres da Nova Zelândia, dava a seguinte notícia:

" As mulheres das colónias não desistem de trabalhar pela sua emancipação como é sabido por toda a gente. As da Nova Zelândia obtiveram o direito de voto e uma foi eleita "maire" da sua aldeia. Isto não lhes basta. Pretendem ocupar cadeiras no parlamento e chegar a funções reservadas até agora aos homens. Mas pensamos que as condições da sua existência devem ser modificadas num futuro mais ou menos próximo e por isso é racional modificar desde já a maneira de se vestir " (acrescentava o nosso antepassado cronista dos periódicos elvenses).

O principal objectivo do movimento feminista sufragista, o direito de voto durou quase três décadas a ser aceite um pouco por todo o mundo e percorreu quase dois terços do século passado para ser admitido nas nações mais avançadas em matéria de civilização e progresso, eis os marcos cronológicos da conquista pelo direito do exercício de voto:

1893 - Nova Zelândia;
 1903 - Austrália;
 1906 -Finlândia;
 1913 -Noruega;
 1915 -Dinamarca,
 1917 -Holanda e Rússia,
 1918 -Alemanha, Áustria e Inglaterra,
 1919 – Suécia e Polónia;
 1920 - Estados Unidos;
 1931 - Portugal e Espanha;
 1934 - Brasil;
 1940 - Turquia;
 1944 - França;
 1945 – Japão;
 1949 China;
 1971 -Suíça.

No caso português apenas tinham direito de voto as mulheres com cursos secundários e superiores. Só em 1969 as mulheres puderam votar em pé de igualdade com os homens. Não esquecer também que este direito está longe de ser uma conquista para uma parte significativa da população feminina da nossa Aldeia Global. (Postado por Arlindo Sena).

Fonte: <http://flama-unex.blogspot.com/2009/03/cronologia-da-aquisicao-do-direito-de.html>

